

A COMPREENSÃO DO VERBO DOMINAR EM GN 1, 28: UM OLHAR A PARTIR DA SUA INTERPRETAÇÃO NA ENCÍCLICA *LAUDATO SI'*

Augusto José Angelino Ventura¹

Resumo

O Papa Francisco, na encíclica *Laudato Si'* (2015, p. 55), ao tratar da controvérsia em torno da narrativa da criação, fala da importância de uma justa hermenêutica na interpretação de textos bíblicos. Com tal motivação, este artigo objetiva, a partir de revisão bibliográfica e discussão dos dados exegéticos encontrados, apontar evidências de que o uso do verbo “dominar” (*radâh*), em Gn 1,28, não corrobora uma exploração indiscriminada dos demais seres vivos e dos recursos naturais por parte do ser humano; ao invés, o termo está incluso em um contexto bíblico que referenda o cuidado e o respeito com a natureza.

Palavras-chave: Bíblia. Hermenêutica. Ecologia. Cuidado.

1 INTRODUÇÃO

A problemática ambiental, que representa uma crescente preocupação global, tem sido abordada também pela Igreja Católica, especialmente nas últimas décadas. Nos documentos oficiais a esse respeito, é frequente o cuidado da Igreja pelo esclarecimento de um tema bíblico em particular: a bênção que o Criador dá aos seres humanos em Gn 1, 28, na qual estão presentes os verbos *râdâh* (dominar) e *kâbash* (subjugar).

A presença dos dois verbos nesse texto tem sido causa de controvérsias levantadas pela crítica ecológica, havendo, inclusive, uma responsabilização do cristianismo pela presente crise ambiental. O Papa Francisco alude a essa responsabilização no parágrafo 67 da encíclica *Laudato Sí* (2015, p. 55), e esclarece que ela está relacionada a uma interpretação da narração de Gênesis que não condiz com o que pensa a

¹ Graduando em Teologia pela Universidade Católica de Pernambuco. Email: augusto.angelino@gmail.com

Igreja. Por isso, o Papa afirma a necessidade de que os textos bíblicos sejam lidos a partir de uma justa hermenêutica.

A fim de obter algumas respostas que auxiliem o leitor a compreender o uso do verbo “dominar” no versículo 28 e de lhe tornar mais clara a possibilidade e a pertinência dessa justa hermenêutica, este artigo objetiva apontar e discutir algumas propostas de análise de Gn 1,28, com matizes históricas, literárias, teológicas e sociológicas.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E REDACIONAIS DE GN 1,1 – 2,4A

No meio exegético, como explica Fernandes (2011, p. 31), tornou-se pacífico afirmar que a narrativa de Gn 1,1 – 2,4a é um texto originado a partir da reflexão da elite sacerdotal que, com o povo, sofria sob a opressão dos babilônios, no período exílico. O povo hebreu era atacado em seu patrimônio material, em sua cultura, em seus próprios corpos e na sua fé. Sofria impiedosa opressão sob um povo poderoso, que ostentava grandiosidade em diversos aspectos e, em sua religião, cultuava elementos e forças da natureza. Diante de tanto sofrimento frente a esse povo, a fé dos israelitas no Deus único e poderoso, YHWH, encontrava-se em crise.

Tendo diante dos olhos riquezas nunca sonhadas e poderes quase ilimitados, com templos magníficos de deuses pagãos em toda parte, deve ter ocorrido a muitos deles a dúvida de que lahweh, o Deus soberano de um pequeno Estado que ele parecia incapaz de proteger, fosse realmente, afinal de contas, o único e supremo Deus (Bright, 2003, p. 417).

Diante de cenário tão desafiador, fez-se sentir a necessidade de um esforço de diálogo com os povos e a cultura predominante na Mesopotâmia. Foram os sábios da tradição sacerdotal que assumiram essa tarefa. Partindo de categorias e conceitos daquela cultura, os sábios buscaram oferecer um novo olhar sobre a história, não só do povo de Israel, mas de tudo o que existe sobre a terra: um olhar de fé sobre a origem de todas as coisas, que foi expresso em uma narrativa. Nessa narrativa, os autores reposicionaram teologicamente elementos de teogonias babilônicas

e reestabeleceram o lugar único de Deus, assim como o lugar e a função do ser humano, dos animais e dos outros elementos da natureza. Surgia, então, a narrativa da criação de Gn 1,1–2, 4a (Marques, 2017, p. 29).

Como compreender o verbo dominar (*râdâh*) à luz do contexto vital? Gn 1, 28 traz a seguinte bênção: “Deus os abençoou e lhes disse: ‘Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominai sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra’” (Bíblia de Jerusalém, 2002, Gn 1,28, p. 35).

Sem dúvidas, os dois verbos põem em relevo uma superioridade do ser humano sobre as outras criaturas, mas o que significa tal superioridade? Para compreendê-la bem, é necessário levar em consideração a forte tendência em sentido contrário que influía na mentalidade dos habitantes daquela região, incluídos aí os hebreus, no período de exílio: a tendência de se ter seres vivos e elementos da natureza como divindades.

Embora isso não fizesse parte da fé herdada pelo povo de Israel, os profetas denunciavam frequentemente o desvio do povo em direção ao politeísmo da região (Sicre, 2008). Impunha-se, portanto, a necessidade recordar ao povo israelita o lugar e o dever do ser humano diante de Deus e diante das demais criaturas.

A esse respeito, Fernandes (2011, p. 33) comenta: “A reflexão de Israel, então, ‘demonstra’ que os elementos essenciais não são divindades a serem cultuadas pelo ser humano, principalmente porque o homem e a mulher as excede em grandeza”. Uma primeira razão para o uso do verbo *dominar* estaria ligada, portanto, não à permissão da exploração, mas a distinções fundamentais ao objetivo de minar todo o sentido das práticas idolátricas e restabelecer o lugar único de Deus na religiosidade do povo de Israel.

Há, porém, mais de uma linha de compreensão para de Gn 1, 28. Uma outra, também comentada por Fernandes (2011, p. 40), indica que o versículo, na verdade, expressa a atitude estratégica que os hebreus precisavam assumir diante da opressão babilônica: dominar a terra através da procriação. Tratava-se, portanto, da busca por um domínio sociocultural, que aparece também em Ex 1, 8-9 e em Jr 29, 4-6.

Já para Marques (2017, p. 36), o uso bíblico do verbo dominar está ligado, em grande parte das ocasiões, ao monarca em relação ao seu território e habitantes. Era, inclusive, algo exclusivo do rei o ser considerado como imagem divina. Torna-se, então, significativo que em Gn 1, 26, seja o ser humano a receber esse título, porque isso indica que, nessa visão bíblica, o ser humano é o rei da criação. O rei agradável a Deus, para a tradição sacerdotal, é aquele que cuida pacificamente e promove a vida, como se demonstra também em Ez 34, 4 e Lv 25, 43.45.48.

As razões históricas subjacentes à reflexão da tradição sacerdotal não sustentam, portanto, qualquer interpretação do texto que legitime uma posse incondicional do ser humano sobre a terra e sobre todos os seus recursos. Sustentam, ao contrário, a responsabilidade do ser humano frente à criação da qual foi feito rei, porque o modelo de rei e de pastor é o próprio Deus, que cuida de tudo o que lhe pertence para promover a vida, a harmonia, o bem. Para aproximar-se, porém, do significado completo de um texto bíblico, é necessário considerá-lo também diante da totalidade da Revelação contida na Sagrada Escritura e interpretada pela tradição eclesial (Lima, 2014, p. 26).

3 A RELAÇÃO DO SER HUMANO COM A NATUREZA POR OUTROS ÂNGULOS BÍBLICOS

O Testemunho da Sagrada Escritura em seu conjunto é importante para uma adequada compreensão da narrativa da criação, e especialmente quanto à problemática que envolve Gn 1, 28. Para enriquecer a presente discussão, serão abordados os textos de Gn 2, 7-10.15 e Lv 25, 1-7. 23.

3.1 O dever do Ser Humano em Gn 2, 15

O primeiro texto a ser considerado na presente análise é a segunda narrativa da criação, que tem início em Gn 2, 4b e vai até Gn 2, 25. Partindo de um contexto agrícola, o hagiógrafo quer levar a compreender que tudo surgiu pelo poder de Deus, que é o primeiro agricultor. De fato, é Deus quem

planta o primeiro jardim, mas antes de o plantar, molda da terra o ser humano, a quem conferirá uma função específica nessa dinâmica criacional (A Bíblia, 2023, p. 19).

O versículo 15 traz a seguinte afirmação: “Iahweh Deus tomou o homem e o colocou no jardim de Éden para o cultivar e o guardar” (Bíblia de Jerusalém, 2002, Gn 2, 15, p. 36). Trata-se, portanto, de um dever específico para o ser humano: o de cultivar e guardar o jardim, até mesmo como uma condição de possibilidade da sua manutenção, sugere o versículo 5. Além disso, o uso bíblico dos verbos cultivar e guardar, que estão presentes também no contexto dos mandamentos de Deus, implicam respeito e reverência, algo totalmente contrário à prática de agressiva e inconsequente exploração do meio ambiente (A Bíblia, 2023, p. 19).

3.2 O sábado: “feito para o homem”, mas não só para o homem

Uma outra oportunidade de se compreender melhor o ensinamento bíblico sobre a relação do ser humano com as demais criaturas se dá pela consideração da lei mosaica a respeito do descanso sabático e do ano jubilar. O início do capítulo 25 de Levítico nos é propício nesse intento, pois contém a lei do repouso sabático também para a terra: “Mas no sétimo ano a terra terá seu repouso sabático, um sábado para Iahweh: não semearás o teu campo e não podarás a tua vinha [...]” (Bíblia de Jerusalém, 2002, Lv 25, 4-5, p. 195). Aíla Luzia P. de Andrade se refere a esse preceito sabático de modo esclarecedor:

O próprio Deus foi quem ordenou o ser humano a descansar e fazer descansar a criação, enquanto a envolvia na liturgia, na alegria festiva e na santificação. Isso permitia ao meio-ambiente ser reconhecido como criação de Deus. A inviolabilidade da natureza no sétimo dia, a não intervenção humana sobre ela, através do trabalho, permitia a preservação do meio-ambiente e proporcionava a existência saudável dos animais domésticos utilizados no trabalho. Tudo isto conferia dignidade a toda a criação (Andrade, 2023, p. 397).

Mais adiante, o mesmo capítulo traz instruções para o ano jubilar: “A

terra não será vendida perpetuamente, pois que a terra me pertence e vós sois para mim estrangeiros e hóspedes” (Bíblia de Jerusalém, 2002, Lv 25, 23, p. 196). Embora este versículo trate da questão da venda da terra, é significativo para a presente discussão que o Senhor reivindique a posse da terra e qualifique o ser humano como estrangeiro e hóspede. Tal afirmação contraria qualquer pretensão de domínio absoluto da terra por parte do ser humano. O Salmo 24 também o afirma: “De lahweh é a terra e o que nela existe, o mundo e seus habitantes” (Bíblia de Jerusalém, 2002, Sl 24, 1, p. 885).

O testemunho dos textos acima leva a compreender que o ser humano não é senhor e proprietário da natureza, e que esta não pode ser objetificada e coisificada, para ser manipulada como pura e simples matéria-prima. Não é bíblica, portanto, uma compreensão de ser humano que o oponha diametralmente às outras criaturas e que tem como uma de suas consequências uma ideia de natureza como coisa a ser manipulada. Tal visão é, antes, uma consequência do pensamento moderno, antropocêntrico, inspirado pelas ideias baconianas e pelo dualismo cartesiano. A bíblia, embora ateste a dignidade e responsabilidade singulares da pessoa humana, não é antropocêntrica, mas teocêntrica (Moltmann, 1992, p. 51-56). Como entender, então, que essa interpretação errônea tenha se consolidado, provocando sérios efeitos na sociedade e no modo do ser humano de se relacionar com a natureza?

4 ASPECTOS SOCIOLÓGICOS E FUNDAMENTALISMO NA INTERPRETAÇÃO DE GN 1,1–2,4A

Lynn White Jr. (1907 - 1987) foi o primeiro a questionar-se sobre as raízes da crise ecológica a partir de uma abordagem sociorreligiosa. Conforme a análise do medievalista em seu paradigmático artigo da década de 60², tal crise está radicada na compreensão que o ser humano herdou da cosmovisão cristã medieval a respeito de si mesmo e de sua relação com as

² Trata-se do artigo *The historical roots of our ecological crisis* (As raízes históricas de nossa crise ecológica), publicado em 1967, tornando-se, a partir de então, ponto de partida e lugar comum para a crítica ecológica.

demais criaturas. Partindo de uma leitura fundamentalista do primeiro capítulo de Gênesis, tal compreensão traz a ideia de uma transcendência do ser humano que o faz superior e “dono” das criaturas. Esse modo de interpretar o primeiro texto da Bíblia foi determinante, segundo Lynn, para o casamento entre a ciência e a técnica, que está na base da atividade exploratória da natureza e mesmo do surgimento da modernidade (Ponte, 2012, p. 53-55).

Moltmann (1992, p. 50), por sua vez, apresenta uma causa concreta para essa compreensão errônea, datada do fim período medieval: a imagem de Deus evocada pela renascença e pelo nominalismo, que considerava a potência absoluta sobre tudo e todos como principal característica divina. Ser Deus era, principalmente e antes de tudo, ser todo-poderoso. O ser humano visava, então, não a verdade ou a bondade de Deus, mas o seu poder, o que buscou pela ciência e pela técnica.

A primeira cultura que esqueceu o vínculo do ser humano com a natureza foi a cultura moderna a partir da reviravolta antropocêntrica. [...] Portanto, não é a Bíblia que fundamenta as causas antropogênicas da crise ambiental atual, mas hermenêuticas do texto bíblico que desconsideram seu contexto originário muito anterior à busca irracional por grandes lucros na modernidade (Andrade, 2023, p. 392).

Desse modo, parece haver sentido em afirmar que a mais recorrente lente hermenêutica usada na interpretação dos textos sagrados no medievo foi, na verdade, a do antropocentrismo renascentista. Dentre as consequências de uma leitura com tais pressupostos, estaria, então, a crise ecológica que não só persiste, mas se agrava.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, alguns indícios foram apontados partindo de perspectivas costumeiramente abordadas em um trabalho exegético. Diante deles, já não parece razoável considerar, ainda, alguma possibilidade de que o texto de Gn 1,28, em uma abordagem autenticamente cristã, corrobore a exploração agressiva e inconsequente dos recursos naturais, seja por força

do uso do verbo “dominar” ou mesmo de qualquer outro verbo ou aspecto.

Com efeito, após a consideração de aspectos históricos relacionados à origem da narrativa, tornou-se claro que o verbo *râdâh* (dominar), como também o verbo *kabash* (subjugar), estão presentes no texto por razões muito diferentes das presumidas nas referidas interpretações errôneas.

Os apontamentos exegéticos considerados indicam que o uso destes dois verbos foi motivado pela necessidade de se marcar claramente a distinção entre o Deus único e as criaturas, bem como de sublinhar a dignidade do ser humano, em um ambiente no qual se divinizava animais e forças da natureza. Textos bíblicos da tradição sacerdotal colocam o ser humano na posição de rei da criação, e para essa corrente tradicional, o rei que governa segundo a vontade de Deus é aquele que age com mansidão, promovendo a vida e não a morte.

O esclarecimento obtido pela consideração dos aspectos históricos é corroborado pela análise do testemunho bíblico a respeito do tema. Outras passagens, especialmente a segunda narrativa da criação e os textos destinados a instruir os israelitas sobre a observação sabática e sobre o ano jubilar, são significativos para se compreender o ensinamento bíblico no tema em questão. Em linhas gerais, os ensinamentos divinos trazidos por essas passagens indicam que o ser humano deve honrar o lugar que lhe foi conferido por Deus através do cuidado e proteção das outras criaturas, negando-se a um uso abusivo ou exaustivo delas.

Já a consideração da influência, na hermenêutica bíblica, da mentalidade antropocêntrica, ajuda a esclarecer o motivo pelo qual, na interpretação criticada, se atribuiu tal sentido aos últimos versículos do primeiro capítulo do Gênesis, levando a consequências tão sérias. Tal constatação também fortalece a importância de se reconsiderar os textos bíblicos segundo um novo paradigma hermenêutico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. L. P. de. Bíblia e sustentabilidade: a consciência ecológica como paradigma de uma nova hermenêutica bíblica. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 55, n. 2, p. 383-404, 2023. DOI: 10.20911/21768757v55n2p383/2003

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pteo/a/zgcjdJxtSyHDBmMwpM6tZBP/>. Acesso em: 10 set. 2024.

BÍBLIA A Bíblia. Português. São Paulo: Paulinas, 2023.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BRIGHT, John. *História de Israel*. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

FERNANDES, L. A. Teologia, Antropologia e Ecologia em Gn 1, 1-2,4a. *Atualidade Teológica*, Ano XV, n. 37, p. 27-46, 2011. DOI:10.17771/PUCRio.Ateo.18914. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=18914@1>. Acesso em: 10 set. 2024.

FRANCISCO. *Laudato Si'*. São Paulo: Paulinas, 2015.

LIMA, M. de L. C. *Exegese bíblica: teoria e prática*. São Paulo: Paulinas, 2014.

MARQUES, M. de S. Relendo Gn 1,28 em seu contexto: a questão ecológica e a des-brutalização das relações. *Estudos Bíblicos*, São Paulo, v. 34, n. 133, p. 27-40, 2021. Disponível em: <https://revista.abib.org.br/EB/article/view/95>. Acesso em: 2 out. 2024.

MOLTMANN, Jürgen. *Deus na criação: doutrina ecológica da Criação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

PONTE, M. N. Q. A doutrina judaico-cristã da Criação face à hodierna crise ecológica: aproximação histórico-teológica a partir da crítica de Lynn White Jr. *Pensar-Revista Eletrônica da FAJE*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 49-63, 2012. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/pensar/article/view/1613>. Acesso em: 23 set. 2024.